

CARTA ABERTA DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES SOBRE O PROJETO
CURRÍCULO PARA O SÉCULO XXI

Vivemos tempos de mudanças vertiginosas e alterações constantes das condições de vida. A educação orientada para uma profissão para toda a vida perdeu sentido a partir do momento em que a mobilidade, a precariedade e a entropia da incessante inovação tecnológica quebraram as expectativas e o imaginário associados à estabilidade, também no campo laboral. Se o sentido da educação é preparar os jovens para lidar com os problemas inerentes às sociedades multiculturais e tecnológicas como as nossas, num mundo globalizado e interligado, deve dotá-los, por um lado, de um domínio acrescido de competências emocionais, sociais, interculturais e de gestão da informação e, por outro, de maior capacidade de adaptação e de flexibilidade para solucionar problemas mobilizando conhecimentos, ferramentas e aplicações que se multiplicam em permanente evolução. E, sobretudo, num momento em que as preocupações associadas à saúde física e mental, à equidade e à ética, à robótica e à inteligência artificial, às migrações e à preservação ambiental estão no centro das preocupações coletivas, a educação deve ser capaz de contribuir para configurar um futuro tão equilibrado e justo quanto possível.

O papel desempenhado pela educação e pelas escolas e o seu lugar na construção do futuro tornaram-se, nos nossos dias, o centro de um debate premente, como questão estratégica à escala local, nacional e mundial. Nesse sentido, as associações de professores abaixo consignadas manifestam o seu apoio às iniciativas, promovidas pelo Ministério da Educação, de repensarmos entre todos — não apenas por parte dos gestores das políticas educativas — o lugar e o papel da educação e da escola, nomeadamente da escola pública, pilar fundamental para a integração social e a equidade em convivência democrática.

Nesta primeira fase, esse desígnio materializa-se no **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória** e na definição de **Aprendizagens Essenciais** para cada área curricular. O alargamento da escolaridade obrigatória até aos 12 anos — com a publicação da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto de 2009, ratificada pelo Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto de 2012 — carecia, até agora, de um documento orientador em que

aparecessem consignadas as grandes linhas da atuação educativa para esta nova realidade. Ainda que o **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória** venha a sofrer alterações decorrentes do período de discussão pública, torna-se necessário salientar os aspetos a seguir enunciados.

1. Consideramos o **Perfil** como um quadro de referência em que aparecem explicitados a visão, os princípios, os valores e as competências que devem dar forma e sentido aos anos de escolarização. Se admitimos, como algumas das personalidades que realizaram uma leitura crítica do documento, que este possui um carácter generalista e relativamente vago, a verdade é que consideramos não poder assumir outra figura um documento com esta finalidade. Tratando-se de um texto ‘constitucional’ da educação que desejamos para os cidadãos portugueses desse futuro que conseguimos entrever, todos os contributos para melhorar a sua validade e exequibilidade devem ser integrados, tornando-o suficientemente abrangente e flexível para poder suportar os vaivéns das orientações pedagógicas e das políticas partidárias. O documento não é um **Perfil** disruptivo, pois referenda muitas das práticas já em curso nas escolas e sintetiza inquietações e aspirações maioritárias e relativamente consensuais dentro da comunidade educativa, assim como muitas das recomendações presentes em estudos nacionais e internacionais publicados durante as últimas décadas.
2. Concordamos com a inclusão de valores e competências que apontam para uma educação de matriz humanista, inclusiva e integral, para a formação das futuras gerações. A escolaridade de 12 anos obriga a gerir situações muito diversas e complexas: deverá contemplar os vários percursos de formação que existem ou possam vir a existir após o ensino básico, assim como a permanência de estudantes com motivações e rendimentos escolares muito diversos, onde se pretende que todos possam ingressar na maioria com os valores e as competências que lhes permitam participar ativa, criativa e criticamente no Portugal do século XXI.
3. Consideramos que todas as áreas disciplinares contribuem para os valores e competências assinalados no **Perfil** e que o trabalho que temos pela frente é o de

definir em que grau e de que forma o vamos fazer. A elaboração, ainda em curso, das **Aprendizagens Essenciais** para cada disciplina é a primeira pedra para a articulação entre o **Perfil** e os currículos. Essas **Aprendizagens** supõem um trabalho de atualização e articulação dos programas que foram sendo elaborados nos últimos 25 anos. Mas não só. Supõem também um compromisso entre a harmonização da formação oferecida por todos os estabelecimentos de ensino do país e a necessária adaptação aos contextos específicos em que essa formação ocorre, estimulando um ensino mais significativo e motivador, capaz de convocar maior interdisciplinaridade e inovação pedagógica e didática, três vetores que consideramos essenciais para dotarmos de sentido e de maior eficiência o trabalho discente e docente.

Estamos conscientes de que a adoção do **Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória** e das **Aprendizagens Essenciais** não vai mudar o estado da educação no nosso país. Dotar de sentido a função e o trabalho desenvolvido por todos os atores implicados no processo educativo, nomeadamente professores e alunos, é o grande desafio. Para que tal aconteça, não há nada mais importante do que a motivação, que deve ser ao mesmo tempo intrínseca e extrínseca. Para conseguirmos uma escola de excelência é indispensável uma melhor gestão do trabalho pedagógico, assim como orientações e práticas didáticas bem articuladas. Se não acontece de forma extensiva na atualidade é porque não existem, de facto, as condições para que tal aconteça. Assim, além das iniciativas agora promovidas pelos responsáveis das políticas educativas, consideramos indispensável a adoção paralela das medidas e condições que permitam:

- a. a valorização do papel estratégico da educação e a proteção da escola pública na construção do futuro de Portugal;
- b. a implementação, por parte da tutela, de medidas de política educativa consequentes que permitam a articulação coerente entre os princípios, os valores e as competências enunciados no **Perfil**, a sua concretização curricular e a sua posterior operacionalização;
- c. a adoção de mecanismos contrastados de controle e avaliação da qualidade da educação nas suas diferentes dimensões;
- d. a promoção da investigação e da inovação pedagógica e didática que fomentem a eficiência e excelência do sistema educativo;
- e. a eliminação da precariedade endémica de que padece a escola com o fim de dignificar e rejuvenescer a profissão, tornando a docência uma opção desejada.

ASSOCIAÇÕES SUBSCRITORAS

(POR ORDEM ALFABÉTICA)

Associação Nacional de Professores de Informática

Associação Portuguesa de Educação Musical

Associação Portuguesa de Professores de Alemão

Associação Portuguesa de Professores de Espanhol

Associação Portuguesa de Professores de Francês

Associação Portuguesa de Professores de Inglês

Associação de Professores de Educação Visual e Tecnológica

Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual

Associação de Professores de Filosofia

Associação de Professores de Geografia

Associação de Professores de História

Associação de Professores de Matemática

Associação de Professores de Português

CNAPEF Conselho Nacional Associações Profissionais Educação Física